



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10590 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 04 - Estado e Política Educacional

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA A REDUÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR DOS ALUNOS

Vanessa Policarpo Maciel - UNISUL - Universidade do Sul de Santa Catarina - Campus Tubarão

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR E AS POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA A REDUÇÃO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR DOS ALUNOS

A alimentação é uma ação humana. As formas de se alimentar e os alimentos mais consumidos são uma aprendizagem social. A escola como instituição de aprendizagem deve estimular seus alunos em escolhas saudáveis. A problemática levantada para a pesquisa é: quais as possíveis contribuições da educação alimentar e nutricional na rede estadual de ensino para a redução das situações de insegurança alimentar dos alunos?

Aspectos da Segurança Alimentar e Nutricional vem sendo debatidos mundialmente na perspectiva de reduzir e mesmo extinguir as situações de insegurança alimentar no mundo. A ONU (Organização das Nações Unidas) é uma organização internacional de caráter universal, que trata de temas diversos tendo como órgãos principais: Assembleia Geral, Conselho de Segurança, Conselho Econômico e Social, Secretariado, Tribunal Internacional de Justiça e Conselho de Tutela. No ano de 2015 os países membros da Organização das Nações Unidas criaram uma política global de desenvolvimento sustentável com 17 objetivos a serem alcançados até o ano de 2030, os ODS 2030 (objetivos de desenvolvimento sustentável), dentre eles o objetivo 2: Fome zero e agricultura sustentável vem sendo discutido pela FAO – Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. A FAO é uma das 15 agências especializadas que compõem o Conselho Econômico e Social.

A insegurança alimentar que aumentava gradualmente desde 2014 teve um aumento considerável a partir do ano de 2020 com o fenômeno da pandemia covid-19. De acordo com relatório da FAO, O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2021:

Embora a prevalência global de insegurança alimentar moderada ou grave (medida usando a Food Insecurity Experience Scale) tenha aumentado lentamente desde 2014, o aumento estimado em 2020 foi igual ao dos cinco anos anteriores combinados. Quase uma em cada três pessoas no mundo (2,37 bilhões) não teve acesso à alimentação adequada em 2020 – um aumento de quase 320 milhões de pessoas em apenas um ano.

Com indicadores tão negativos estima-se que os ODS relacionados à redução da fome não serão alcançados até 2030 sem ações efetivas da melhoria de acesso aos alimentos para as populações mais atingidas pela fome e desnutrição.

Entre os fatores que interferem na segurança alimentar e nutricional no mundo pode-se destacar quatro que são centrais ao problema: regiões afetadas por conflito ou violências; variabilidade e extremos climáticos; desaceleração econômica e inexistência de dietas saudáveis acessíveis. (FAO, FIDA, UNICEF, PAM e OMS 2021). Os dados de aumento da insegurança alimentar no mundo são alarmantes.

Os aumentos na insegurança alimentar moderada ou grave de 2019 a 2020 foram mais acentuados na América Latina e Caribe (9 pontos percentuais) e África (5,4 pontos percentuais), em comparação com um aumento de 3,1 pontos na Ásia. No entanto, a África ainda tem a maior prevalência de insegurança alimentar em ambos os níveis de gravidade. Quase 60% da população da África foi afetada pela insegurança alimentar moderada ou grave em 2020, e 26% enfrentou insegurança alimentar grave. Na América Latina e no Caribe, 41% da população estava com insegurança alimentar moderada ou grave em 2020 e 14% com insegurança alimentar grave. A situação de insegurança alimentar foi comparativamente melhor na Ásia, onde 26% da população foi afetada por insegurança alimentar moderada ou grave em 2020 e 10% enfrentava insegurança alimentar grave. No entanto, devido ao tamanho de sua população, a Ásia ainda representa metade das pessoas com insegurança alimentar moderada ou grave no mundo. (FAO, FIDA, UNICEF, PAM e OMS, 2021)

A meta 2.1 dos ODS lança um desafio que vai além do combate à fome, que é garantir o acesso aos alimentos adequados definidos como alimentos: seguros, nutritivos e suficientes para todos durante todo o ano. (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030, 2022) Essa meta representa a garantia do acesso à uma dieta saudável, que contemple os macronutrientes e micronutrientes necessários a manutenção do corpo humano e à prevenção de DNT (doenças não transmissíveis como, hipertensão ou diabetes). Para que uma dieta saudável seja acessível a renda das pessoas deve cobrir o custo dos alimentos necessários para a manutenção da mesma. Outro aspecto a ser considerado neste sentido é o percentual da renda que é utilizado para a compra de alimentos. “Os pobres gastam grande parte de sua renda em alimentos, portanto, pequenos aumentos no custo de uma dieta podem ser significativos em países onde os pobres constituem uma grande porcentagem da população”. (FAO, FIDA, UNICEF, PAM e OMS, 2021)

A FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) possui

representação no Brasil desde 1949. “A missão da FAO tem hoje importância estratégica na nova agenda internacional de combate à pobreza e pode desempenhar um papel importante na cooperação triangular brasileira” (FAO, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, 2022). Uma das prioridades relacionada com a segurança alimentar e o direito à alimentação adequada e saudável no Brasil destaca a importância de um programa de educação alimentar que incentive hábitos saudáveis.

Através do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, o estado de Santa Catarina realiza o fornecimento de alimentação escolar que prioriza o consumo de alimentos in natura ou minimamente processados, com cardápios elaborados por nutricionistas para atendimento das necessidades nutricionais da criança e adolescente no período que estiver na escola. A Lei nº 11.947/2009 estabelece como uma de suas diretrizes:

O emprego da alimentação saudável e adequada, compreendendo o uso de alimentos variados, seguros, que respeitem a cultura, as tradições e os hábitos alimentares saudáveis, contribuindo para o crescimento e o desenvolvimento dos alunos e para a melhoria do rendimento escolar, em conformidade com a faixa etária e seu estado de saúde, inclusive dos que necessitam de atenção específica. (BRASIL, 2009, p.1)

Desta forma, as políticas públicas de fornecimento de merenda escolar, compra de alimentos da agricultura familiar e projetos de educação alimentar e nutricional aplicados nas escolas visam contemplar o direito fundamental do ser humano à alimentação adequada, bem como atender ao disposto no PNAE (Plano Nacional de Alimentação Escolar) e SISAN (Sistema Nacional de Segurança alimentar e Nutricional).

Atenta-se à necessidade de aprofundamento das contribuições da educação alimentar e nutricional nas escolas da rede estadual de ensino para a contemplação da meta 2.1 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: “Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano” (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030, 2022).

Como etapa inicial de pesquisa sobre a alimentação escolar como uma das estratégias para combater a insegurança alimentar, este estudo trata-se de uma revisão bibliográfica e documental com objetivo exploratório. Para levantamento desta discussão foi relacionada a identificação do tema e a problemática a ser respondida, bem como as palavras-chaves como critérios de identificação das bibliografias; definição das informações relevantes para a análise; leituras dos textos e discussões.

Utilizou-se como base de dados a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. A seleção das Dissertações e Teses foi realizada no mês de abril de 2022. Os termos de busca foram: Alimentação Escolar; Segurança Alimentar e Nutricional e Insegurança Alimentar e Nutricional. Foram inclusas Teses e Dissertações defendidas entre os

anos de 2010 até 2021 e que tenham sido publicados em língua portuguesa.

No primeiro levantamento foi identificado um estudo duplicado e que será computado apenas uma vez. As buscas resultaram em 4 teses e 16 dissertações. Após a leitura dos títulos foram excluídas 6 dissertações e 1 tese por não terem relação direta com alimentação escolar, e uma dissertação por se tratar de estudo em programa escolar mexicano, restando 13 pesquisas para leitura exploratória dos resumos.

Na leitura dos resumos buscou-se como critério de elegibilidade pesquisas que relacionem as situações de segurança ou insegurança alimentar dos alunos diretamente com a alimentação escolar.

Nesta fase, quatro dissertações e uma tese foram excluídas por analisar o estado nutricional e a segurança alimentar dos alunos com base nos dados de consumo alimentar domiciliar. Duas das dissertações apesar de tratarem do PNAE, analisam a insegurança alimentar das famílias dos agricultores que fornecem a alimentação para as escolas não abrangendo a análise dos grupos de estudantes e uma tese aborda a agricultura familiar e a qualidade dos produtos adquiridos pelo Programa de Aquisição de Alimentos-PAA sem tratar das questões relacionadas a Segurança Alimentar dos estudantes, tornando-as inelegíveis aos critérios estabelecidos.

Das dissertações e teses que corresponderam aos parâmetros necessários e foram retomadas para leitura na íntegra 40% (n=2) foram desenvolvidas em São Paulo, 40% (n=2) em Minas Gerais e 20% (n=1) no Rio Grande do Norte. 100% realizadas na área da saúde e ciências. Das datas das publicações observa-se 20% (n=1) nos anos de 2011, 2012, 2013, 2016 e 2017. Deve-se considerar com este dado que todas as pesquisas foram realizadas antes da pandemia da covid-19.

Os objetivos das pesquisas abrangem a avaliação de programas sociais de alimentação escolar e segurança ou insegurança alimentar dos alunos.

Embora dois dos estudos tenham citado conjunturas globais relacionadas à segurança e insegurança alimentar, todos os estudos trazem o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) como um programa importante para o combate à insegurança alimentar no Brasil, para a melhoria nutricional dos estudantes e reconhecem a relevância social da alimentação escolar.

A alimentação escolar ofertada pelo PNAE desempenha papel essencial no processo de aprendizagem, desenvolvimento do aluno e redução da situação de vulnerabilidade social, consistindo em um dos eixos articuladores da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA). (ROCHA, 2016, p. 9)

Nas décadas de 1930 a 1960 uma das principais características da insegurança alimentar brasileira estava relacionada com a situação de miséria e pobreza e ocorrência de doenças causadas pela carência nutricional das dietas. Esse perfil nutricional apresentado em Geografia da Fome, livro de Josué de Castro, apresentou dados relevantes para a adoção de políticas que considerassem a questão nutricional parte da agenda do período Vargas. (MARQUES, 2017, p. 25)

Em âmbito internacional o abalo do capitalismo e crise mundial de alimentos, ocorrida nas décadas de 1960 a 1980, fomentou as discussões relacionadas à fome no mundo. “Nesta conjuntura, organismos internacionais, como a OMS, a FAO e o UNICEF, passaram a defender a necessidade da incorporação do planejamento nutricional ao planejamento econômico dos países do Terceiro Mundo”. (MARQUES, 2017, p. 26)

No contexto nacional: “O PNAE caracteriza-se como a política pública de maior longevidade no Brasil, sendo considerado um dos maiores, mais abrangentes e duradouros programas na área de alimentação escolar do mundo”. (MARQUES, 2017, p. 33)

Até o ano de 1993 a gestão do programa deu-se de forma centralizada, sendo a gestão de cardápios e compra de alimentos realizada por órgão do governo federal. (MARQUES, 2017, p. 51) A descentralização de recursos, a partir de 1994, é avaliada positivamente pelos autores, pois permite a compra dos alimentos levando em consideração os gostos regionais. “Com a descentralização administrativa do PNAE, iniciada em 1993, a alimentação escolar melhorou em vários aspectos, sendo um deles a regionalização dos cardápios”. (AMISTÁ, 2013, p. 31)

Um dos fatores que influencia as situações de Insegurança Alimentar dos alunos apresentado nas dissertações e tese é o fator socioeconômico, a baixa renda familiar relacionada a insegurança alimentar é apontada por Amistá (2013) e Rocha (2016). Voci (2011) complementa: “Situações antagônicas entre pobreza e obesidade fazem parte do processo de transição nutricional no Brasil”.

A prevalência de excesso de peso e obesidade apareceram com números bastante elevados (46,35%) e (24%) na pesquisa de Amistá (2013, p.121). “Atualmente, o sobrepeso e a obesidade estão presentes em famílias com menor poder aquisitivo, o que pode ser explicado pela exposição a dietas pobre nutricionalmente, de baixa qualidade aliada à inatividade física (LINDSAY et al., 2012 apud ROCHA, 2012, p. 1). Essa associação entre fatores socioeconômicos e situação nutricional dos alunos aparece inclusive na discussão de MARQUES (2017, p. 61):

São considerados indicadores indiretos de SAN, dentre outros, a proporção do orçamento domiciliar total gasto em alimentos por quintil de renda da população, renda per capita, índice percentual de extrema pobreza, índice de Gini, estado nutricional da população e disponibilidade alimentar domiciliar.

Quanto à adesão dos alunos ao programa Amistá (2013, p. 31) destaca a importância de pesquisas para verificação deste consumo para que haja uma avaliação do Programa. Esta premissa também é corroborada por Viana (2012) que afirma ser a adesão um importante instrumento de monitoramento da efetividade do PNAE.

Para Amistá (2013) a adesão ao PNAE dos alunos é expressiva (85,65%), mas a adesão todos os dias da semana cai para (38,19%). Voci (2011) apresenta uma análise de consumo efetivo (4 a 5 dias da semana) um pouco maior (66,5%).

A pesquisa de Voci (2011) demonstrou que 85% dos adolescentes em situações de IAN grave ou moderada comem a alimentação escolar. Demonstrando que o PNAE atinge seu objetivo ao fornecer alimentação com valor nutricional adequado à população mais vulnerável.

Duas das pesquisas apontam uma tendência de redução de consumo da alimentação escolar em alunos maiores de 14 anos. “Identificou-se como grupo de maior fragilidade, quanto à oferta de nutrientes e efetividade na adesão, os escolares adolescentes”. (VIANA, 2012, p. 46)

Os alunos que não consomem a alimentação escolar todos os dias alegam não gostar do cardápio servido. Rocha (2016, p. 19) aponta outras questões a serem avaliadas considerando a não adesão da alimentação escolar pelos alunos, tais como: “inadequação dos cardápios que podem estar associados à falta do nutricionista, ao horário que a refeição é ofertada, sabor da refeição, temperatura, cultura local e ausência de educação alimentar e nutricional”.

Neste sentido, os projetos de Educação Alimentar e Nutricional nas escolas se fazem necessários para redução das situações de insegurança alimentar e para a manutenção de uma vida mais saudável. As crianças passam um tempo considerável de seus dias na escola e nesse ambiente desenvolvem hábitos e mudanças de comportamentos. Acredita-se que um dos problemas de insegurança alimentar que pode ser reduzido com as práticas de educação alimentar nas escolas é o excesso de peso e a obesidade e que trabalhos educativos também podem ser positivos para melhoria da adesão do público adolescentes.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação Escolar. Segurança Alimentar e Nutricional. Insegurança Alimentar e Nutricional.

REFERÊNCIAS

AMISTÁ, Maria Júlia de. Programa de alimentação escolar: perfil dos beneficiários, qualidade e atuação de gestores e da comunidade de Guariba. 2013. 174 f. Dissertação (Mestrado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiróz”, Piracicaba, 2013.

FAO, FIDA, UNICEF, PAM e OMS. 2021. O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo 2021. Transformando os sistemas alimentares para a segurança alimentar, nutrição melhorada e dietas saudáveis acessíveis para todos. Roma, FAO. Disponível em: <https://www.fao.org/3/cb4474en/online/cb4474en.html#chapter-2_0>. Acesso em: 19 de abr. de 2022.

FAO, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, 2022. Disponível em: <<https://www.fao.org/brasil/programas-e-projetos/programa/pt/#c356409>>. Acesso em: 15 de mar. de 2022.

MARQUES, Luciana Araújo. Apoio técnico e operacional à execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE): uma análise da atuação do CECANE/UFOP no estado de Minas Gerais. 2017. 129 f. Dissertação (Mestrado em Saúde e Nutrição) - Escola de Nutrição, Universidade Federal de Ouro Preto, Escola de Nutrição, Ouro Preto, 2017.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030, 2022. Disponível em: <<https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=2>> Acesso em: 15 de mar. de 2022.

ROCHA, Naruna Pereira. Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar e dos fatores associados à situação de (in)segurança alimentar e nutricional em crianças. 2016. 107 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Nutrição) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. 2016.

VIANA, Kátia Roseanny Silva. Qualidade nutricional dos cardápios em escolas públicas e alcance às metas do programa nacional de alimentação escolar em município do nordeste brasileiro. 2012. 79 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

VOCI, Silvia Maria. Padrões alimentares, participação em programas sociais e demais fatores associados à insegurança alimentar e nutricional de adolescentes de escolas públicas do município de Piracicaba, São Paulo. 2011. 213 f. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.